

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 787, DE 2003

Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação de serviços de abastecimento de água.

Autor: Deputado JULIO LOPES
Relator: Deputado JOÃO PIZZOLATTI

RELATÓRIO

O objeto do projeto de lei em epígrafe é o de estabelecer normas de caráter nacional para a instituição de cobrança de tarifas para abastecimento de água potável aos usuários desse serviço público, que passariam a ser feitas de forma individualizada, proibindo-se o rateio nos casos de consumo coletivo ou condominial.

Para tanto, estabelece a proposição que, no prazo de vinte e quatro meses, contados de sua sanção, as concessionárias prestadoras dos serviços públicos de abastecimento de água deverão instalar equipamentos de aferição individual de consumo para todos os usuários desse serviço, bem como a previsão de instalação desses medidores em prédios de uso residencial e comercial a serem construídos, prazo claramente razoável para que a necessária transição para a instalação dos devidos marcadores individuais sejam implantados e para a implantação da forma de cobrança sugerida.

Como justificativa de sua proposta, argumenta o Autor que, por ser a água o bem natural mais precioso, é preciso instituir-se uma legislação inovadora, que estimule, através do pagamento real pelo uso do produto, o seu consumo na justa medida das necessidades individuais do usuário, contribuindo-se, desta maneira, para que se evitem desperdícios e também injustiças, por impedir que aqueles que se utilizam da água de forma racional acabem por pagar pelos mau uso que dela fazem aqueles que a utilizam sem critério ou consciência.

A Comissão de Minas e Energia é o primeiro órgão técnico da Casa a manifestar-se sobre o mérito da proposição, a qual, decorrido o prazo regimentalmente assinalado, não foram oferecidas emendas.

Em seu Art. 1º fundamenta-se a proposição na lei pertinente. Demonstra ainda o necessário respaldo constitucional para o alcance do seu objeto, por meio do Art. 24, § 4º da Carta Magna.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Por todo o exposto e pela relevância da proposição ora apresentada, e votamos por sua aprovação e rogamos aos nobres pares desta Comissão o necessário apoio no sentido da aprovação do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado JOÃO PIZZOLATTI
Relator